

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

a. Atividades

A Battistella Administração e Participações S/A (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade por ações com sede em Curitiba, Paraná e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”) que figura, nessas demonstrações financeiras, como Controladora.

O acionista controlador da Companhia é a Aliança Battistella e Agropecuária e Administração de Bens Ltda.

A Battistella Administração e Participações S/A, suas controladas e controladas em conjunto tem como principais atividades preponderantes:

- Comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas;
- Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
- Prestação de serviços sob a forma de *trading company* atuando com exportação e importação;
- Exploração do ramo de transporte intermodal;
- Participação em outras sociedades.

Em função das atividades da controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S/A (“Porto”) terem se iniciado em junho de 2011, a mesma, durante a fase inicial de operação incluindo a etapa de reestruturação de sua dívida, ocorrida em maio de 2013, quando necessário, recebeu apoio financeiro de seus acionistas na proporção da participação atual na controlada em conjunto, para incrementar e manter suas atividades operacionais, para realizar investimentos em expansão, e, principalmente, para liquidar as parcelas do financiamento existente. A partir de 2013 o nível de movimentação portuária atingiu volume suficiente para cobrir suas necessidades de caixa.

b. Operações de reestruturação

b.1 - Venda da empresa Santa Catarina Veículos e Serviços

A operação de venda teve início em 13 de abril de 2015, com a publicação de “Fato Relevante” informando sobre a Carta de Intenções não vinculante (“*non-binding*”) que foi firmada com a Scania Latin América Ltda., tendo por objetivo a alienação das filiais da Companhia sediadas em Santa Catarina.

Em 17 de abril de 2015 foi constituída a empresa “Santa Catarina Veículos e Serviços Ltda.” (“*Newco*”) pelas sócias Battistella Administração e Participações S/A (BAP), com 99,99% e Tangará Participações Ltda. (Tangará), com 0,01%, com sede em Biguaçu/SC e capital social inicial de R\$ 10.

Em 1 de agosto de 2015 as sócias da “Newco” aumentaram o capital social da mesma no montante de R\$ 3.485, sendo que o referido aumento foi subscrito e integralizado com a transferência de acervo de ativos e passivos da Controladora.

Em 24 de setembro de 2015, a “BAP” celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças com a empresa Codema Comercial e Importadora Ltda, ocorrendo a venda da totalidade das quotas de capital da “Newco”. O fechamento do Contrato, naquela data, ainda estava sujeito a condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme fato relevante publicado na referida data.

Em 3 de dezembro de 2015, a “BAP” celebrou o 1º Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças contrato com a empresa Codema Comercial e Importadora Ltda, efetivando a venda, pelo valor total de R\$ 101.000, da totalidade das quotas de capital da Santa Catarina Veículos e Serviços Ltda.

Para alocação e pagamento do “Preço”, foram acordadas as seguintes condições:

- (i) Uma parcela no valor de R\$ 14.361 foi recebida pela “BAP”, na data de fechamento do Contrato, dia 3 de dezembro de 2015;
- (ii) Uma parcela no valor de R\$ 26.339 foi utilizada mediante compensação com a Compradora, para pagamento, por conta e ordem da vendedora, para a Scania Latin America e Suvesa Super Veículos para a quitação total do saldo devedor das dívidas do grupo econômico da Vendedora com o grupo econômico da compradora, então vencidas;
- (iii) Uma parcela no valor de R\$ 2.300 foi retida e mantida pela Compradora para garantir o pagamento do “Ajuste do Capital de Giro e/ou Caixa Mínimo”, nos termos do contato;
- (iv) Uma parcela no valor de R\$ 42.000 foi transferida no ato para o Banco Votorantim para quitação de parcelas vencidas de Debêntures, nos termos da AGD; e
- (v) Uma parcela no valor de R\$ 16.000 foi retida e mantida pela Compradora para garantir a constituição de garantias e será liberado posteriormente da seguinte forma: R\$ 4.400 permanecerá retido até a constituição de Carta de Fiança em favor da Compradora e R\$ 12.000 permanecerá retido até a constituição da Hipoteca do imóvel de Tubarão/SC em favor da Compradora.

Resumo financeiro da operação (em R\$ mil):

Valor recebido em caixa	14.361
Pagamento de dívidas (incluindo Scania)	26.339
Caixa retido para ajuste de capital	2.300
Liquidação de debêntures	42.000
Hipoteca do imóvel de Tubarão / Carta fiança	16.000
Ajuste de capital	<u>(5.019)</u>
Receita na alienação do investimento	95.981
Custo do investimento	<u>(1.295)</u>

Resultado líquido da venda	<u>94.686</u>
----------------------------	---------------

Os saldos a receber de R\$ 16.000 e de R\$ 2.300 encontram-se registrados na rubrica de outras contas a receber, apresentado na nota explicativa 9.

b.2 - Venda de parte das ações da Portinvest Participações

Em 29 de julho de 2015 foi alienada por R\$ 50.000, uma parte das ações detidas pela Companhia e suas controladas na controlada em conjunto Portinvest Participações S/A. As ações foram alienadas para a empresa LOGZ Logística Brasil S/A, sendo que as partes vendedoras detinham 60% do capital da Portinvest e a compradora detinha 40%.

Valor recebido em caixa	50.000
Saldo de investimentos alienado	<u>(7.291)</u>

Resultado da venda	<u>42.709</u>
--------------------	---------------

O grupo Battistella passou a deter 55,044% da Portinvest conforme quadro de participações apresentado na nota explicativa 2.3.

O resultado das operações de venda dos investimentos está apresentado na nota explicativa 24.

c. Reestruturação do endividamento oneroso e prejuízos operacionais

A Companhia vem paulatinamente reestruturando o perfil do seu endividamento oneroso, quer seja pela venda de ativos operacionais e não operacionais, quer seja através de renegociações de dívidas.

Em 10 de dezembro de 2012 foi realizada a Assembléia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie com Garantia Real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia, que aprovou, dentre outras matérias: o resgate antecipado de sessenta debêntures, efetivado mediante o pagamento de R\$ 30.000 de modo que o valor nominal final das debêntures devido pela Companhia passou a ser de R\$ 90.000 de principal; a prorrogação do prazo das debêntures passou a ter cinco anos de vigência com carência de 1 ano com vencimento em 10 de dezembro de 2017 e juros remuneratórios de CDI + 4,5 % a.a. (vide nota explicativa 15).

Em 29 de abril de 2013, na controlada em conjunto, Itapoá Terminais Portuários, foi assinada a Escritura de Emissão Pública de Debêntures (Debêntures) entre a Companhia (Emitente) e as instituições bancárias BB – Banco de Investimento S.A. e Banco Votorantim S.A. (Credores), na proporção de 50% para cada credor, no valor total de R\$ 450 mil, com taxa indexada ao DI + spread de 3,60% e prazo de 10 anos, sendo 2 anos de carência apenas para principal. A emissão ocorreu em 13 de maio de 2013 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização do principal teve início maio de 2015, pelo sistema SAC em 17 parcelas, com vencimento final em 13 de maio de 2023. O Agente Fiduciário nomeado é BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Os recursos captados através da 1ª Emissão de Debêntures foram utilizados para liquidação antecipada do empréstimo junto ao BVA S.A..

Em 20 de dezembro de 2013, foi alienado o imóvel urbano localizado em São José dos Pinhais/PR, pelo montante de R\$ 22.080 para O.G. Administração de Bens Ltda, sendo a negociação ocorrida da seguinte forma: R\$ 13.000 recebido a vista, e utilizada para quitação total de alienação fiduciária junto a Planner Trustee D.T.V.M. Ltda; 1 parcela de R\$ 1.808 com vencimento para 20 de janeiro de 2014; e o saldo remanescente foi integralmente recebido em 30 de janeiro de 2014. A venda foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme ata da 627ª reunião do Conselho, realizada em 12 de dezembro de 2013. No mesmo período foi firmado contrato de aluguel do imóvel entre O.G. Administração de Bens Ltda. e a Companhia, com fins comerciais, para desenvolvimento das atividades no Contrato Social do locatário, pelo valor mensal de R\$ 240, pelo prazo de 120 meses, podendo ser renovado por igual período, desde que haja acordo entre as partes.

d. Continuidade operacional

Com o resultado das ações mencionadas nos itens acima, entre outras em fase de desenvolvimento, a Administração liquidou parte significativa de sua dívida de curto prazo, bem como continua a planejar ações para retomada do aumento da geração de caixa em montante suficiente que garanta a continuidade de suas operações.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 21 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real, sendo esta a moeda funcional adotada e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de elaboração das demonstrações financeiras

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é como segue:

Bases de consolidação e investimentos em controladas e controlada em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas a Companhia.

Transações eliminadas na consolidação

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

O quadro de participações está demonstrado a seguir:

Controladas e Controladas em Conjunto	Atividade Principal	Local de constituição e Operação	Controle	Participação e capital votante detidos - %	
				31.12.2015	31.12.2014
Battistella Ind.e Com. Ltda.	Com.atacadista de madeira e produtos derivados	Rio Negrinho/SC	direto	100,00%	100,00%
Battistella Trading S.A – Com. Intern.	Participações em sociedades	São José dos Pinhais/PR	direto	100,00%	100,00%
Portinvest Participações S.A. (a)	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	conjunto	55,04%	60,00%
Itapoá Terminais Portuários S/A (a)	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	conjunto	38,53%	42,00%
Tangará Participações Ltda.	Participações em sociedades	São José dos Pinhais/PR	direto	100,00%	100,00%
Battistella Máquinas Ind.Com. Ltda.	Ind. e comércio de máquinas, veículos e motores em geral	São José dos Pinhais/PR	direto	100,00%	100,00%
Battrol Distr.e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	Comércio de rolamentos e prods correlatos, prestação serv assist.técnica	São José dos PinhaisPR	direto	100,00%	100,00%

(a) Com base nos respectivos Acordos de Acionistas, entende-se que existe controle compartilhado, tanto para a Itapoá Terminais Portuários quanto para a Portinvest, sendo os mesmos classificados como “Empreendimento em Conjunto”, conforme pronunciamento no CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto. A partir de 1º de janeiro de 2013 os componentes do ativo e passivo, as receitas e despesas de tais empresas deixaram de ser consolidadas. Consequentemente, as partes integrantes reconhecem seus direitos sobre os ativos líquidos como investimento e contabilizam pelo método da equivalência patrimonial (ver nota explicativa nº 11). Após a transação de alienação de parte das ações da Portinvest, conforme mencionado na nota explicativa 1, não houve alteração do controle compartilhado.

e. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, no caso da venda de caminhões e ônibus, a receita de vendas é reconhecida quando tais produtos são entregues aos clientes, e a titularidade legal do ativo é transferida.

As receitas decorrentes das vendas de outros produtos são reconhecidas quando da entrega e transferência legal da titularidade dos mesmos.

Serviços

As receitas por serviços de assistência técnica prestados são reconhecidas no resultado do exercício por ocasião da conclusão total da prestação do serviço, não havendo qualquer incerteza sobre a sua aceitação pelo cliente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

f. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contrato de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

g. Contas a receber

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise do percentual histórico de perda dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A Companhia efetua o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, sobre as operações delongo e curto prazo, quando houver efeito relevante. A taxa de desconto utilizada reflete o efeito do dinheiro no tempo e toma como base taxas de mercado.

h. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, conforme a classificação dos ativos e passivos financeiros.

i. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

j. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

k. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais relativos ao processo de construção e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custo dos Empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de

um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme descrito na nota explicativa 12, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

l. Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. O valor refere-se a prédios e barracões que constituem uma fábrica de produtos de madeira, situada no município de Lages – SC, de propriedade da controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. A vida útil remanescente representa em média 33 anos, ou seja, uma depreciação média de 3% ao ano. O valor justo foi determinado com base em laudo de avaliação preparado por empresa terceirizada, e aproxima-se do valor contábil registrado em 2014 e 2015.

m. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

n. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são

alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

o. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

p. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

q. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e

passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

r. Ativos financeiros

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Classificam-se como ativos financeiros as quatro categorias a seguir:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente (i) aqueles designados dessa forma no reconhecimento inicial e (ii) os classificados como mantidos para negociação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- investimentos mantidos até o vencimento;
- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros disponíveis para venda;

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Tiver sido adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- Se o reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- Seja um derivativo não designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

- Se o ativo financeiro fizer parte de uma Companhia, gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- Se o desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Se fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na rubrica “Receita Financeira”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 20.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, e adiantamentos diversos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório, caso sejam identificados indicadores de redução do valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou

- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos incluem a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

s. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Empréstimos e Recebíveis”.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para recompra no curto prazo;
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- O passivo financeiro seja parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Despesas Financeiras”, na demonstração do resultado. O passivo financeiro nessa

categoria, trata-se basicamente, de swap de taxa de juros. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 20.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

t. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

u. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receitas de juros;
- despesas de juros; e
- descontos recebidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido.

v. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação

duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

w. Lucro (prejuízo) básico por ação

A Companhia apura o saldo de lucro (prejuízo) por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício as ações ordinárias emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

2.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas; e
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a

adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a obrigação contratual da Companhia manter esses ativos até o vencimento.

3.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

São constituídos pelos saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se, basicamente, a aplicações pós-fixadas e de liquidez imediata, sem perdas significativas no resgate antecipado, contratados em bancos de “1ª linha”. As aplicações financeiras são atualizadas considerando o custo acrescido de juros ajustados ao valor justo, quando aplicável, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado abaixo:

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e bancos		1.608	5.342	2.057	6.285
Aplicações financeiras de liquidez imediata					
Banco Bradesco S/A	CDB	19	4.343	19	4.343
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	CDB	-	-	267	265
Sub-total		19	4.343	286	4.608
Total caixa e equivalente de caixa		1.627	9.685	2.343	10.893

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondente a Certificados de Depósitos Bancários–CDBs, são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com taxa média anual aproximada de remuneração de 100% (100% em 31 de dezembro de 2014).

As aplicações financeiras em CDB podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, possuindo liquidez diária.

5 Aplicações financeiras

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Banco Mercantil do Brasil (a)	CDB	1.019	1.360	1.019	1.360
Banco do Brasil S/A	CDB	830	-	830	-
Banco Panamericano S/A (b)	CDB	4.670	728	4.670	728
Banco Ind. e Comercial S/A (c)	CDB	-	6.920	-	6.920
Banco Safra S/A (d)	CDB	9.037	9.834	9.037	9.834
Banco ABC Brasil (e)	CDB	-	1.346	-	1.346
Paraná Banco S/A (f)	CDB	-	1.195	-	1.195
Banco BBM S/A (g)	CDB	2.014	9.623	2.014	9.623
Total aplicações		17.570	31.006	17.570	31.006
Total circulante		4.015	25.250	4.015	25.250
Total não circulante		13.555	5.756	13.555	5.756

Todas as aplicações financeiras acima são garantidoras de empréstimos junto à Controladora, Battistella Administração e Participações S/A, com vencimentos conforme abaixo:

- (a) O saldo com o Banco Mercantil do Brasil tem o vencimento em julho de 2025;
- (b) Parte do valor (R\$ 2.540) com o Banco Panamericano S/A tem vencimento em março de 2017;
- (c) O saldo com o Banco Industrial e Comercial S/A teve seu vencimento em março de 2015, foi realizado o resgate total;
- (d) O saldo com o Banco Safra S/A tem vencimento em janeiro de 2018;
- (e) O saldo com o Banco ABC Brasil tinha vencimento para outubro de 2015, foi realizado o resgate em agosto de 2015;

(f) O saldo com o Paraná Banco teve vencimento em setembro de 2015, foi realizado o resgate total;

(g) O saldo com o Banco BBM S/A tem vencimento em abril de 2016.

6 Contas a receber de clientes

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Clientes mercado interno (a)	6.213	63.134	7.940	67.386
Clientes do mercado externo	-	-	3.439	-
Títulos de crédito (b)	1.301	3.419	1.344	3.462
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.347)	(1.556)	(1.555)	(1.611)
(-) Títulos descontados	(304)	-	(491)	-
Total clientes	5.863	64.997	10.677	69.237

- (a) O montante a receber de clientes é composto, substancialmente por operações de Finame, em contrapartida à operação de Vendor (Ver Nota 14).
- (b) Os títulos de crédito são compostos, basicamente, por cheques endossados, notas promissórias endossadas, duplicatas e outros títulos, gerados nos processos de vendas, especialmente da área de revenda de veículos.

O prazo médio de recebimentos foi de 33 dias em 31 de dezembro de 2015 (35 dias em 31 de dezembro de 2014).

Os valores de contas a receber dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 14.

As duplicatas descontadas e as operações de Vendor estão demonstradas como empréstimos e financiamentos no passivo.

A composição das contas a receber, por idade de vencimento, é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
A vencer	4.856	62.657	7.306	65.662
Vencidos até 30 dias	587	1.379	2.597	2.550
Vencidos de 31 a 60 dias	1.568	286	1.749	321
Vencidos de 61 a 90 dias	309	171	342	197
Vencidos a + de 91 dias	195	2.060	426	2.118
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.347)	(1.556)	(1.555)	(1.611)
(-) Títulos Descontados	(304)	-	(187)	-
Total clientes	5.863	64.997	10.677	69.237

A Administração considera o montante da provisão suficiente para cobrir eventuais perdas. A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa baseou-se no seguinte critério:

- 20% dos títulos vencidos entre 31 e 60 dias;
- 30% dos títulos vencidos entre 61 e 90 dias; e
- 70% dos títulos vencidos acima de 91 dias.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, na rubrica de despesas com vendas. Abaixo, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	(1.556)	(855)	(1.611)	(911)
Constituição	(625)	(701)	(1.480)	(700)
Reversão/utilização	834	-	1.536	-
Saldo final	(1.347)	(1.556)	(1.555)	(1.611)

7 Estoques

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Produtos acabados	-	-	1.906	2.625
Mercadorias para revenda	2.738	15.367	2.819	15.486
Estoques em elaboração	-	-	2.782	2.003
Matérias primas	-	-	300	97
Quotas de consórcios de bens duráveis (a)	110	458	112	458
Outros estoques	-	32	853	918
Sub-total	2.848	15.857	8.772	21.587
Provisão para obsolescência dos estoques (b)	(1)	(121)	(665)	(786)
Provisão para desvalorização dos estoques (c)	-	-	(268)	(281)
Total Geral	2.847	15.736	7.839	20.520

- (a) As quotas de consórcios de bens duráveis referem-se a valores pagos à Scania Administradora de Consórcios para aquisição futura de veículos, os quais serão destinados a revenda.
- (b) Provisão para obsolescência dos estoques é calculada com base nos estoques sem movimentação acima de um ano e que não podem ser utilizados em outros processos de fabricação ou sem movimentação.
- (c) Provisão para desvalorização dos estoques é constituída com base nos produtos que apresentaram valor líquido realizável inferior aos custos registrados contabilmente.

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

8 Impostos a recuperar

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Finsocial (a)	-	-	103	103
ICMS (b)	16	373	679	902
IPI (b)	-	-	924	876
Imposto de Renda (c)	948	499	1.197	735
Contribuição Social (c)	9	5	122	64
INSS (d)	451	451	2.224	2.228
Cofins (e)	130	2.039	3.860	5.552
PIS (e)	28	442	751	1.202
(-) Provisão para não realização (f)	-	-	(1.263)	(1.947)
Total Impostos a recuperar	1.582	3.809	8.597	9.715
Total circulante	1.570	3.757	4.601	6.932
Total não circulante	12	52	3.996	2.783

- (a) Refere-se a recolhimento de Finsocial feito a maior, cuja recuperação foi decidida judicialmente de forma final e homologada pela Receita Federal, sendo que parte foi utilizada para compensação com outros tributos federais em exercícios anteriores.
- (b) Os valores de ICMS e IPI referem-se a créditos oriundos das operações das Companhias, registrados nos respectivos livros fiscais. Parte desses créditos, no valor de R\$ 520 foram classificados no ativo não circulante em virtude da capacidade das Controladas em compensar esses montantes no período após doze meses.
- (c) Refere-se a antecipação de imposto de renda e contribuição social.
- (d) Refere-se, basicamente, a INSS a recuperar de pagamentos a maior, realizados pela Battistella Trading S/A, a qual está avaliando a forma de compensação desse crédito. O mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante.
- (e) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, principalmente, a créditos extemporâneos dos anos de 2006 a 2011, como previsto na legislação e ainda não utilizados pela Companhia. Dentre as opções para utilização dos créditos mencionados acima, a Companhia está realizando estudos visando melhor aproveitamento. Os estudos efetuados pela Administração indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 1.263 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.947 em 31 de dezembro de 2014) para cobrir eventuais perdas pela realização desses ativos por valor inferior ao registrado contabilmente.
- (f) A provisão foi constituída com base em estudos para a não realização de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, conforme mencionado na nota (e) acima.

9 Outras contas a receber

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
SDMO do Brasil Ltda (a)	5.548	5.732	5.548	5.732
Rio Negrinho Participações S/A (b)	-	-	6.088	5.616
Hipoteca imóvel de Tubarão / Carta fiança (c)	16.000	-	16.000	-
Caixa retido para ajuste de capital (c)	2.300	-	2.300	-
Outros	3.692	1.957	3.871	706
Total outras contas a receber	27.540	7.689	33.807	12.054
Total circulante	17.953	1.919	17.953	8
Total não circulante	9.587	5.770	15.854	12.046

- (a) Refere-se ao valor a receber da SDMO do Brasil pela venda da empresa Battistella Distribuidora, e é composto da seguinte forma:
- O valor de R\$ 1.068 (R\$ 1.068 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a crédito tributário decorrente de precatório a favor da companhia, recebido de ação contra o Estado de São Paulo, cujo valor será recebido da SDMO em até sete dias úteis do efetivo recebimento ou utilização, quando ocorrer;
 - O valor de R\$ 4.480 (R\$ 4.664 em 31 de dezembro de 2014) permanece em uma conta de depósito em garantia que deverá ser mantido por um período mínimo de seis anos como garantia das obrigações de indenização, quando ocorrerem.
- (b) Refere-se a saldo a receber da Companhia Rio Negrinho Participações S/A pela venda das ações da companhia Modo Battistella Reflorestamento S/A - Mobasa, depositado em uma conta controlada (*Escrow*) e que serão movimentados e liberados nos termos do contrato de venda e compra, sob administração do depositário.
- (c) Refere-se a valores a receber em decorrência da alienação dos investimentos na antiga controlada Santa Catarina Veículos e Serviços Ltda., conforme detalhado na nota explicativa 1.

10 Transações com partes relacionadas

As transações entre empresas da Companhia mantidas na controladora e no consolidado, com impacto no ativo e passivo, podem ser resumidas como segue:

		<u>Controladora</u>	
		<u>31.12.2015</u>	
		<u>Battistella Indústria e Comércio Ltda.</u>	<u>Portinvest Participações S/A</u>
<u>ATIVO</u>			
NÃO CIRCULANTE			
Créditos com pessoas ligadas - mútuo	(b)	535	-
Adto para futuro aumento de capital	(c)	-	181
Total Ativo não circulante		535	181
TOTAL ATIVO		535	181

		Controladora	
		31.12.2014	
		Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Portinvest Participações S/A
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Outras Contas a receber	(a)	1.911	-
Total circulante		1.911	-
NÃO CIRCULANTE			
Adto para futuro aumento de capital	(c)	181	660
Total não circulante		181	660
TOTAL ATIVO		2.092	660

		Controladora	Controladora
		31.12.2015	31.12.2014
		Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Battistella Indústria e Comércio Ltda.
<u>PASSIVO</u>			
NÃO CIRCULANTE			
Créditos com pessoas ligadas - mútuo	(b)	-	458
TOTAL PASSIVO		-	458

- (a) Saldo a receber da controlada BIC, decorrente da transação de vendas das florestas da Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa em outubro de 2012, liquidado em 2015.
- (b) Os contratos de mútuo estão sendo atualizados à taxa de 100% e de 102% CDI ao mês, com vencimento indeterminado.
- (c) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital com a controlada em conjunto Portinvest.

As transações entre empresas, mantidas na controladora e consolidado, com impacto no resultado, podem ser resumidas como segue:

		Controladora	
		31.12.2015	
		Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Santa Catarina Veículos e Serviços Ltda
<u>RESULTADO</u>			
Receita financeira		-	125
Despesa financeira		(103)	-
TOTAL DO RESULTADO		(103)	125

	Controladora	
	31.12.2014	
	Battrol Distr. Imp. Rol. Peças Ltda	Battistella Indústria e Comércio Ltda.
RESULTADO		
Receita financeira	-	304
Despesa financeira	(11)	-
TOTAL DO RESULTADO	(11)	304

Remuneração

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Conselho de administração	2.158	2.681
Diretoria	1.099	837
	3.257	3.518

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Conselho de administração	2.158	2.680
Diretoria	1.394	1.132
	3.552	3.812

Benefícios

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Conselho de administração (a)	70	194
Diretoria (b)	39	60
	110	254

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Conselho de administração (a)	70	313
Diretoria (b)	73	63
	143	376

A remuneração da Administração é fixada pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária – AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia. Desta forma, na 20ª AGO e 34ª AGE realizada em 25 de maio de 2015, foi deliberado o montante da remuneração global anual do Conselho de Administração e da Diretoria fixada até o limite de R\$ 5.000 para a Controladora no exercício de 2015. Em 2014 a remuneração fixada correspondia até o limite de R\$ 7.200.

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remuneração dos diretores. Os referidos montantes estão registrados na rubrica “Honorários dos Administradores”.

A Companhia não possui plano de previdência ou remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

Os benefícios referem-se a gastos com plano médico e aluguel de veículo.

11 Investimentos em controladas e controladas em conjunto

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

a. Sociedades controladas em conjunto:

a.1 Portinvest Participações S/A

Conforme Estatuto Social da Portinvest, Ata sumária da 12ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de junho de 2009, a aprovação das matérias que estão sujeitas ao *quorum* qualificado nas sociedades investidas dependerá de prévia aprovação pelo Conselho de Administração, composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios da Portinvest. As decisões não são tomadas exclusivamente por um dos sócios, sendo que o mecanismo de tomada das decisões compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

A Portinvest detém 70% de participação na empresa Itapoá Terminais Portuários. Na Itapoá, o Conselho de Administração é composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios. As decisões não são tomadas por um dos sócios exclusivamente, e sim, compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

Garantias, obrigações e restrições

As ações da Companhia na investida Itapoá Terminais Portuários foram alienadas em garantia das debêntures emitidas por esta, em relação às quais a Companhia, juntamente com os demais acionistas, também é fiadora até o limite de 38,53% das obrigações.

A Companhia, na condição de garantidora das debêntures da controlada em conjunto, tem obrigação de suporte, mediante aporte de recursos ou empréstimos, na ocorrência de determinados eventos de capitalização, definidos em contrato.

A investida possuía restrição para distribuir dividendos acima do mínimo obrigatório até 13 de maio de 2015, e após essa data caso não estiver cumprindo qualquer obrigação relacionada à escritura de debêntures.

b. A movimentação dos investimentos, apresentado nas demonstrações financeiras da controladora, é como segue:

b.1 Controladora

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	31.12.2013	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2014	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2015
Battistella Ind.e Com. Ltda.	47.323	-	8.941	-	56.264	(35.600)	(20.333)	-	331
Battistella Trading S.A – Com. Intern.	(15.645)	177	4.066	-	(11.402)	121	61.888	-	50.607
Portinvest Participações S.A. (a)	27.526	-	(1.956)	-	25.570	888	358	(11.100)	15.716
Tangará Participações Ltda.	6	-	(2)	-	4	-	-	-	4
Battistella Ind.Com.Máquinas Ltda.	(980)	187	(56)	-	(849)	68	(57)	-	(838)
Battrol Distr.e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	(155)	134	(129)	-	(150)	-	(47)	-	(197)
Santa Catarina Veículos e Serviços Ltda	-	-	-	-	-	3.495	(2.200)	(1.295)	-
Outros investimentos mantidos ao custo	2	-	-	-	2	-	-	(1)	1
Total	58.077	498	10.864	-	69.439	(31.028)	39.609	(12.396)	65.624
Investimento no ativo	81.728	498	6.983	(7.370)	81.839	(31.028)	39.713	(23.872)	66.652
(-) Provisão para passivo a descoberto em controlada	(23.651)	-	3.881	7.370	(12.400)	-	(104)	11.476	(1.028)
Saldo líquido do investimento	58.077	498	10.864	-	69.439	(31.028)	39.609	(12.396)	65.624

- (a) Em função da transação de alienação das ações da Portinvest, descrita na nota explicativa 1, foi feito o ajuste via equivalência patrimonial na Controladora, de tal forma que os saldos de patrimônio líquidos ficassem equiparados, conforme parágrafo 8 do CPC 43 (R1).

Abaixo demonstramos as informações financeiras das empresas investidas em 31 de dezembro de 2015:

	Battistella Ind.e Com. Ltda.	Portinvest Participações S.A.	Battistella Máquinas Ind. e Com. Ltda.	Battrol Distr.e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	Tangará Participações Ltda.	Battistella Trading S.A – Com. Intern.
Ativo	35.886	127.828	4	99	4	51.226
Passivo	28.211	14	838	298	-	619
Patrimônio líquido	7.675	127.814	(834)	(199)	4	50.607
Receita	86.443	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	(12.989)	13.583	(57)	(47)	-	61.888

b.2 Consolidado

	31.12.2013	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2014	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2015
Portinvest Participações S.A.	57.001	-	4.454	-	61.455	888	9.328	(7.291)	64.380
Saldo líquido do investimento	57.001	-	4.454	-	61.455	888	9.328	(7.291)	64.380

12 Imobilizado

Controladora	31.12.2015			31.12.2014		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizado						
Terrenos	744	-	744	744	-	744
Imóveis	7.372	(404)	6.968	7.316	(285)	7.031
Máquinas, equipamentos e instalações	1.570	(1.369)	201	3.128	(2.462)	666
Veículos	881	(332)	549	540	(422)	118
Móveis, utensílios e ferramentas	3.951	(2.905)	1.046	6.666	(4.387)	2.279
Computadores e periféricos	1.982	(1.876)	106	3.526	(3.254)	272
Benfeitorias em bens de terceiros	2.617	(2.017)	600	4.104	(2.506)	1.598
Outras imobilizações	1.157	(651)	506	1.909	(998)	911
Total	20.274	(9.554)	10.720	27.933	(14.314)	13.619

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

<u>Consolidado</u>	31.12.2015			31.12.2014		
	Depreciação Amortização			Depreciação Amortização		
	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Imobilizado						
Terrenos	6.192	-	6.192	3.226	-	3.226
Imóveis	17.009	(9.043)	7.966	19.919	(8.569)	11.350
Máquinas, equipamentos e instalações	43.306	(39.714)	3.592	45.049	(39.410)	5.639
Veículos	8.142	(7.321)	821	8.875	(8.240)	635
Móveis, utensílios e ferramentas	6.164	(5.034)	1.130	8.873	(6.478)	2.395
Computadores e periféricos	2.852	(2.726)	126	4.398	(4.084)	314
Benfeitorias em bens de terceiros	2.617	(2.017)	600	4.104	(2.506)	1.598
Outras Imobilizações	4.345	(3.733)	612	5.095	(4.072)	1.023
Imobilizações em andamento	722	-	722	554	-	554
Total	91.349	(69.588)	21.761	100.093	(73.359)	26.734

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27 - ativo imobilizado, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado sejam revisados no mínimo a cada exercício.

A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação em média é como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis	60
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Veículos	5
Veículos adquiridos por arrendamento financeiro	5
Móveis, utensílios e ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Abaixo demonstramos quadro da movimentação do ativo imobilizado:

Custo	Controladora								Total
	Terrenos	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	744	6.438	3.135	598	6.384	3.550	3.199	1.373	25.421
Adições	-	968	47	184	466	194	997	570	3.426
Baixas	-	(90)	(54)	(242)	(184)	(218)	(92)	(34)	(914)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	744	7.316	3.128	540	6.666	3.526	4.104	1.909	27.933
Adições	-	62	16	510	92	-	43	38	761
Baixas	-	(6)	(1.574)	(169)	(2.807)	(1.544)	(1.530)	(790)	(8.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	744	7.372	1.570	881	3.951	1.982	2.617	1.157	20.274

Depreciação acumulada	Controladora							Total
	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	190	2.341	473	4.038	3.145	2.066	890	13.143
Adições	97	169	97	452	173	440	128	1.556
Baixas	-	(50)	(148)	(103)	(64)	-	(20)	(385)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	287	2.460	422	4.387	3.254	2.506	998	14.314
Adições	120	125	79	385	120	267	122	1.218
Baixas	-	(1.218)	(169)	(1.869)	(1.497)	(756)	(469)	(5.978)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	407	1.367	332	2.903	1.877	2.017	651	9.554

Custo	Consolidado									Total
	Terrenos	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizações em andamento	Benfeitorias em Bens de Terceiros	Outras Imobilizações	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.125	19.052	44.896	8.601	4.412	8.911	183	3.199	4.444	96.823
Adições	101	957	312	464	203	335	371	998	685	4.426
Baixas	-	(90)	(159)	(192)	(217)	(371)	-	(93)	(34)	(1.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.226	19.919	45.049	8.873	4.398	8.875	554	4.104	5.095	100.093
Adições	-	63	21	97	4	674	168	43	40	1.110
Baixas	-	(6)	(1.764)	(2.807)	(1.550)	(1.407)	-	(1.530)	(790)	(9.854)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.226	19.976	43.306	6.163	2.852	8.142	722	2.617	4.345	91.349

Depreciação Acumulada e Valor Recuperável de Ativos	Consolidado							
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras Imobilizações	Total Depreciação
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.126	37.389	6.089	3.955	7.727	2.066	3.917	69.269
Adições	443	2.076	497	193	698	440	174	4.521
Baixas	-	(55)	(107)	(64)	(185)	-	(20)	(431)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.569	39.410	6.479	4.084	8.240	2.506	4.071	73.359
Adições	475	1.708	422	141	405	267	130	3.548
Baixas	-	(1.404)	(1.869)	(1.498)	(1.323)	(756)	(469)	(7.319)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.044	39.714	5.032	2.727	7.322	2.017	3.732	69.588

Os valores do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 14.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Mercado interno	4.302	9.882	8.310	13.980
	4.302	9.882	8.310	13.980

O prazo médio de pagamento para fornecedores é 35 dias.

Não são pagos juros sobre as contas a pagar pelos primeiros 3 dias a partir da data da fatura. A partir de então, juros mensais de 2,5% a 4% são pagos sobre o saldo a pagar. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

14 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Modalidade	Vencimento Final	Controladora		Consolidado	
					31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Moeda Estrangeira								
Financiamentos								
Banco do Estado R.Grande Sul	23,49%	USD	ACC	20.05.16	-	-	1.406	2.348
					-	-	1.406	2.348
Moeda Nacional								
Financiamentos								
Banco Safra S/A	31,73%	CDI	Capital de giro	08.08.16	10.322	14.332	10.322	14.332
Banco do Brasil S/A	15,68%	Pré-fixada	Capital de Giro	13.02.16	4.027	6.739	4.027	6.739
Banco ABC Brasil S/A	27,08%	CDI	Capital de Giro	30.05.19	10.077	14.824	10.077	14.824
Banco do Estado R.Grande Sul	26,48%	CDI	Capital de Giro	18.03.20	3.274	17.971	3.274	17.971
Banco Industrial e Comercial S/A	33,51%	CDI	Capital de Giro	02.03.15	-	2.714	-	2.714
Banco Mercantil do Brasil S/A	48,88%	CDI	Capital de Giro	24.08.17	11.124	9.467	12.322	9.467
Banco Daycoval S/A	54,55%	CDI	Capital de Giro	08.10.15	-	7.347	-	7.347
Parana Banco S/A	31,64%	CDI	Capital de Giro	14.03.16	6.760	16.059	6.760	16.059
Banco Panamericano S/A	23,15%	CDI	Capital de Giro	01.03.17	8.861	6.718	8.861	6.718
Banco BBM S/A	29,39%	CDI	Capital de Giro	30.03.16	8.517	12.795	8.517	12.795
Banco HSBC S/A	17,36%	CDI	Capital de Giro	13.03.15	-	113	-	113
					62.962	109.079	64.160	109.079
Arrendamento (Leasing)								
Banco Santander S/A	23,94%	Pré-fixada	Leasing	10.01.15	-	14	-	14
					-	14	-	14
Empréstimos para investimento								
Banco Safra S/A	15,80%	TJLP	Finame	03.04.17	72	118	72	118
(-) Custos a apropriar s/empréstimos (a)					-	(46)	-	(46)
					72	72	72	72
Empréstimos-aquisição de peças e veículos								
Bradesco S.A. (Vendor) (b)	19,56%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	775	45.393	775	45.393
Bradesco S.A. (Venpec) (b)	14,32%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	-	10.416	-	10.416
					775	55.809	775	55.809
TOTAL EMPRÉSTIMOS					63.809	164.974	66.413	167.322
Circulante					(49.708)	(155.036)	(52.312)	(157.384)
Não Circulante					14.101	9.938	14.101	9.938

- (a) Referem-se, basicamente, aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação de recursos, através da Cédula de Crédito Bancário (CCBs), como: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 8 (IAS 39) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.
- (b) Refere-se, principalmente, a captações referentes a operações de Vendor, realizados pela Companhia, as quais possuem prazo médio de pagamento de 35 dias. O total movimentado nas operações de Vendor em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 83.823 em captações e R\$ 148.472 em pagamentos.
- (c) O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição de vencimento:

Controladora e Consolidado	
2017	5.186
2018	3.943
2019	4.770
2020	201
Total	14.101

As garantias reais sobre as operações de empréstimos e debêntures (da posição constante na nota explicativa 15) são conforme quadro abaixo:

Empresa	Instituição	Vcto Inicial	Prazo Negociado	Carência	Valor	Garantia
Battistella Adm. e Partic. S/A	ABC	Janeiro 2017	41 meses	12 meses	R\$ 10.000	Imóvel em Lages e 100% recebíveis dos aluguéis de Tubarão e Lages
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Janeiro 2016	51 meses	3 meses	R\$ 482	Imóvel em Rio Negrinho
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Janeiro 2016	51 meses	3 meses	R\$ 2.737	Imóvel em Rio Negrinho e Equipamentos BIC
Battistella Adm. e Partic. S/A	BBM	Março 2016	3 meses		R\$ 4.616	58% Aplicação Financeira
Battistella Adm. e Partic. S/A	BBM	Março 2016	3 meses		R\$ 3.849	58% Aplicação Financeira
Battistella Adm. e Partic. S/A	HSBC	Dezembro 2013	60 meses	12 meses	R\$ 45.000	Imóveis e alienação fiduciária
Battistella Adm. e Partic. S/A	Votorantim	Dezembro 2013	60 meses	12 meses	R\$ 45.000	Imóveis e alienação fiduciária
Battistella Adm. e Partic. S/A	Mercantil	Março 2016	4 meses		R\$ 6.305	15% CDB
Battistella Adm. e Partic. S/A	Panamericano	Maio 2014	24 meses		R\$ 10.000	35% CDB
Battistella Adm. e Partic. S/A	Paraná Banco	Março 2016	3 meses		R\$ 6.655	3,72% Ações Trading
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Abril 2016	12 meses		R\$ 3.611	25% Recebíveis de duplicatas, 5% recebíveis (cartão master)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Março 2016	12 meses		R\$ 1.415	Alienação Fiduciária, 8% Recebíveis (cartão visa) e 92% CDB
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Junho 2016	7 meses		R\$ 2.058	100% CDB
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Abril 2016	12 meses		R\$ 2.157	Alienação Fiduciária e 100% CDB

Abaixo, demonstramos o quadro de movimentação dos empréstimos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2013	215.781	218.576
Captações	965.476	970.480
Juros e atualizações	19.828	20.244
(-) Pagamento do principal	(1.014.095)	(1.019.763)
(-) Pagamento de juros	(21.861)	(22.059)
(-) Custos a amortizar	(155)	(155)
Saldo em 31.12.2014	164.974	167.322
Captações	305.455	359.283
Juros e atualizações	22.648	23.516
(-) Pagamento do principal	(402.875)	(456.858)
(-) Pagamento de juros	(26.349)	(26.804)
(-) Custos a amortizar	(45)	(45)
Saldo em 31.12.2015	63.809	66.413

Não existem cláusulas contratuais restritivas incluindo *covenants* ou outras obrigações para os contratos relativos aos empréstimos apresentados anteriormente.

15 Debêntures

Descrição	Taxa de juros anual	Indexador	Modalidade	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
					31.12.2015	31.12.2014
Debêntures						
3ª Emissão de debêntures	19,26%	CDI	Capital de Giro	10.12.17	37.346	70.598
(-) Custos a amortizar debêntures (a)					(275)	(545)
Total debêntures					37.071	70.053
Circulante					(20.312)	(70.053)
Não circulante					16.759	-

- (a) Referem-se, basicamente, aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação das debêntures, como: gastos com serviços profissionais de terceiros e comissões bancárias. Conforme previsto no CPC 8 (IAS 39) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

Em 4 de agosto de 2015 a Companhia obteve dos Debenturistas Banco Votorantim S/A e HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo waiver onde consta a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures em razão do não cumprimento do covenant financeiro, conforme previsto no subitem xiv do item 4.11.1. da Cláusula 4.11, do Quinto Aditamento a 3ª Emissão de Debêntures Simples – Vencimento Antecipado - da Escritura de Debêntures, aferido em 30 de junho de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo do passivo circulante das debêntures foi reclassificado para o passivo não circulante, devido ao cumprimento do *covenant* financeiro aferido nesta data.

- (b) A movimentação dos saldos de debêntures é demonstrada a seguir:

Saldo em 31.12.2013	76.296
Juros do período	11.138
(-) Pagamento de principal	(7.002)
(-) Pagamento de juros	(10.748)
(-) Custos a amortizar	369
Saldo em 31.12.2014	70.053
Juros do período	12.159
(-) Pagamento de principal	(33.240)
(-) Pagamento de juros	(12.267)
(-) Custos a amortizar	366
Saldo em 31.12.2015	37.071

Em 27 de junho de 2011 a Battistella Administração e Participações S/A, procedeu à 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória. Em 6 de junho de 2012 foi celebrado o primeiro aditamento à Escritura de Emissão alterando determinados termos e condições da Emissão. Em 12 de dezembro de 2012 foi celebrado o segundo aditamento à Escritura de Emissão, a qual alterou determinadas condições da Emissão. Finalmente em 13 de dezembro de 2012, foi celebrado o terceiro aditamento à 3ª Emissão de Debêntures Simples, com significativa alteração das condições da Emissão, assim como contemplando o resgate de 60 debêntures e o alongamento dos prazos de vencimento, conforme condições detalhadas a seguir:

Emissora:	Battistella Administração e Participações S.A.
Coordenador líder:	Banco HSBC S.A.
Coordenador:	Banco Votorantim S.A.
Título:	Debêntures Simples
Data emissão	13.12.2012
Data vencimento	10.12.2017
Quantidade total:	180 (cento e oitenta) debêntures
Valor nominal unitário:	R\$ 500
Montante da emissão:	R\$ 90.000
Tipo e forma:	Nominativas e escriturais
Espécie:	Com garantia real
Classe:	Não conversíveis em ações
Garantia adicional:	Garantia Real constituída por hipoteca de terras e imóveis, em valor correspondente a R\$ 34.443 no regime de avaliação de “venda a mercado”; e alienação fiduciária 3.383.588 (três milhões

	trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e oito) ações ordinárias de emissão da Trading, de titularidade da emissora, representativa de 40% do capital social da Trading; tendo como garantidoras a própria emissora, Battistella Indústria e Comércio Ltda. e Battistella Trading S/A Comércio Internacional.
Remuneração:	100% CDI + 4,5% ao ano
Pagamento de juros:	Os juros serão pagos semestralmente
Amortização do principal:	Será pago em nove parcelas semestrais, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

Em 12 de maio de 2014 foi celebrado o quarto aditamento à Escritura de Emissão, a qual alterou determinadas condições da Emissão, contemplando a autorização dos debenturistas para a alienação do imóvel de São José dos Pinhais inscrito sob a matrícula 61.368, objeto de garantia do instrumento, assim como a dilação de vencimento da parcela devida em 13 de dezembro de 2013 para 23 de dezembro 2013, sendo que nesta data a companhia efetuou o pagamento dos valores no montante total de R\$ 24.811 o qual compreendeu o principal e encargos referente a parcela de 23 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 21.811 e o pagamento antecipado referente a parcela de 10 de junho de 2014 no valor de R\$ 3.000.

Em 30 de novembro de 2015 foi celebrado o quinto aditamento à Escritura de Emissão, a qual contemplou as alterações formalizadas nas AGD's assinadas em 11 de junho de 2014 ("AGD-IV"), em 9 de dezembro de 2014 ("AGD-V"), em 2 de abril de 2015 ("AGD-VI"), em 12 de abril de 2015 ("AGD-VII"), em 10 de junho de 2015 ("AGD-VIII"), em 4 de agosto de 2015 ("AGD-IX"), em 2 de outubro de 2015 ("AGD-X") e em 29 de outubro de 2015 ("AGD-XI" e, quando em conjunto com AGD-IV, AGD-V, AGD-VI, AGD-VII, AGD-VIII, AGD-IX e AGD-X, "AGDs"), que formalizou as alterações resultantes das deliberações tomadas nas referidas AGD's e ainda consolidou a Escritura de Emissão com as alterações promovidas pelos respectivos aditamentos. Abaixo segue o detalhamento das principais alterações realizadas:

(i) O nome da Escritura de Emissão passará a vigor com a seguinte redação:

"ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A."

(ii) Alteração dos itens 4.5.1. e 4.5.1.2. da Escritura de Emissão, bem como inclusão do novo item 4.5.1.3., de forma a prever (i) o aumento do percentual das ações ordinárias de emissão da Trading, de titularidade da Emissora, alienadas fiduciariamente em favor dos Debenturistas por força do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia", celebrado em 12 de março de 2013 entre a Emissora, a Trading e o Agente Fiduciário, passando de 40% (quarenta por cento) do capital social da Trading para aproximadamente 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Trading por conta do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia, celebrado em 2 de outubro de 2015 entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Trading, e (ii) a inclusão de garantia fidejussória prestada pela Trading, nos termos do Instrumento Particular de Fiança em Garantia, celebrado em 2 de outubro de 2015 entre a Trading e o Agente Fiduciário, em adição às demais garantias já prestadas.

(iii) Alteração das datas de pagamento das parcelas de VNU conforme quadro abaixo:

#	<i>Data de Pagamento</i>	<i>Percentual de Amortização do VNU</i>
1	23.12.2013	14,4444% (quatorze inteiros e quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro décimos de milésimo por cento)
2	27.06.2014	7,7800% (sete inteiros e sete mil e oitocentos décimos de milésimo por cento)
3	15.12.2015	33,3300% (trinta e três inteiros e três mil e trezentos décimos de milésimo por cento)
4	10.06.2016	11,1100% (onze inteiros e um mil e cem décimos de milésimo por cento)
5	10.12.2016	11,1100% (onze inteiros e um mil e cem décimos de milésimo por cento)
6	10.06.2017	11,1100% (onze inteiros e um mil e cem décimos de milésimo por cento)
7	10.12.2017	Saldo devedor
	Total:	100% (cem por cento)

(iv) A inclusão dos itens 4.8.2. e 4.8.2.1. na Escritura de Emissão, de forma a prever que a Emissora deverá, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures na forma do caput do item 4.11.1 da Escritura de Emissão, (i) obter a aprovação prévia da totalidade dos Debenturistas, reunidos em assembleia geral, para que a Emissora e/ou suas Afiliadas realize(m) qualquer ação que resulte em um Evento de Liquidez, conforme definido e/ou abaixo, e (ii) observar e, se for o caso, fazer com que suas Afiliadas observem estritamente o que dispuser a totalidade dos Debenturistas, na referida assembleia geral, acerca da destinação dos recursos apurados com o Evento de Liquidez. Para os fins deste Quinto Aditamento e da Escritura de Emissão, entende-se como “Evento de Liquidez” quaisquer eventos: (a) de venda, cessão, transferência ou alienação de ativos, bens ou direitos de titularidade da Emissora ou de suas controladoras ou subsidiárias (diretas ou indiretas); (b) de venda, cessão, transferência ou alienação de ações (incluindo direitos de subscrição, opções de compra ou venda ou qualquer outro direito sobre referidas ações) da Emissora ou de suas controladoras ou subsidiárias (diretas ou indiretas); e (c) relacionados a aporte de recursos na Emissora por investidores (aquisição primária, por exemplo) e, no caso de aporte pelos próprios acionistas (via AFAC, aumento do capital social), para a Emissora e/ou suas Afiliadas.

(v) A anuência e não declaração de vencimento antecipado referente à Operação com Portinvest conforme fato relevante divulgado pela emissora em 10 de agosto de 2015, sendo tal ratificação sujeita à verificação integral das Condições Suspensivas descrita no item (vii) abaixo;

(vi) A inclusão dos itens 4.8.3, 4.8.3.1. e 5.1.(xviii) na Escritura de Emissão, de forma a prever a anuência dos Debenturistas à venda de quotas representativas do capital social da Santa Catarina Veículos e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 22.416.982/0001-30, pela Emissora e pela Tangará Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 07.338.450/0001-38, à Codema Comercial e Importadora Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 60.849.197/0001-60 (“Operação com Scania”) sob

condição suspensiva até a completa implementação, por parte da Emissora e da Trading, conforme aplicável, das providências abaixo elencadas (“Condições Suspensivas”), o que deverá ocorrer até o dia 8 de dezembro de 2015:

- Abertura de conta vinculada de titularidade da Emissora em instituição financeira a ser aprovada pela totalidade dos Debenturistas, na qual recursos no montante mínimo de R\$ 42.000, livres e desembaraçados de tributos, retenções e deduções de qualquer espécie, deverão ser depositados por ocasião do Evento de Liquidez relacionado à Operação com Scania (“Conta Vinculada”);

- Recebimento e destinação dos recursos e direitos creditórios recebidos ou atribuídos a qualquer título, direta ou indiretamente, à Emissora, à Tangará Participações Ltda. e/ou a pessoas a estas relacionadas, com relação à Operação com Scania, da seguinte forma: (1) no mínimo R\$ 42.000, livres e desembaraçados de tributos, retenções e deduções de qualquer espécie, deverão ser depositados na Conta Vinculada e utilizados, obrigatoriamente e no momento em que ocorrer o Evento de Liquidez referente à Operação com Scania, primeiro para o pagamento do VNU e dos juros remuneratórios devidos em 15 de dezembro de 2015 (observado que, caso este evento de pagamento ainda não se encontre vencido por ocasião do Evento de Liquidez referente à Operação com Scania, o pagamento do VNU e dos juros remuneratórios devidos em 15 de dezembro de 2015 será antecipado para o momento de tal Evento de Liquidez), e, em seguida, para amortização extraordinária das Debêntures; (2) em adição ao montante referido no subitem (1), no mínimo R\$ 29.000, livres e desembaraçados de tributos, retenções e deduções de qualquer espécie, deverão ser utilizados, obrigatoriamente e no momento em que ocorrer o Evento de Liquidez referente à Operação com Scania, para pagamento de dívidas bancárias da Emissora.

Em 03 de Dezembro de 2015 diante do recebimento de parte do recurso advindo da venda dos ativos a Scania Latin América foi efetuado o pagamento do valor total de R\$ 42.000 afim de cumprimento de cláusula contratual levando-se em consideração os waver’s concedidos durante o ano de 2015. Sendo que deste total o valor de R\$ 33.240 corresponde a principal e R\$ 8.760 corresponde aos juros acumulados do período.

Em virtude do 5º aditamento realizado em 30 de novembro de 2015 a nova composição de garantias da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória passou a ser o seguinte:

Garantia adicional:	Garantia Real, constituída por hipoteca de terras e imóveis, em valor correspondente a R\$ 21.443 no regime de avaliação de “venda a mercado”; e alienação fiduciária 4.314.074 (quatro milhões trezentas e quatorze mil e setenta e quatro) ações ordinárias de emissão da Trading, de titularidade da emissora, representativa de 51% do capital social da Trading; tendo como garantidora a própria emissora, Battistella Indústria e Comércio Ltda. e Battistella Trading S/A Comércio Internacional como fiadora.
---------------------	--

As demais condições avençadas permanecem as mesmas.

Segue abaixo as principais cláusulas de *covenants* existentes nas debêntures emitidas:

c. Resgate antecipado e aquisição facultativa

As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das S.A..

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Reunião do seu Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado da totalidade ou de parcela das Debêntures (“Resgate Antecipado”). O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação por escrito aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, nos termos das disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo (“Data da Liquidação”);
- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao valor do VNU por Debênture resgatada antecipadamente, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* até a Data da Liquidação (“Saldo Devedor”), acrescido, ainda, de prêmio de liquidação antecipada nos seguintes termos:
 - (a) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (1) o Saldo Devedor; acrescido da (2) Remuneração das Debêntures que seria devida até a Data de Vencimento (“Remuneração Projetada para Resgate Antecipado”), descontada à taxa de mercado prevista para o prazo remanescente à época do Resgate Antecipado, calculado pelo Agente Fiduciário e previamente aprovado pelos Debenturistas; e/ou
 - (b) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra após o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures o Saldo Devedor, acrescido de prêmio de 1% (um por cento), calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na Data da Liquidação; e
- (i) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item, a CETIP deverá ser notificada pela Companhia e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data de Liquidação.

d. Vencimento antecipado

As debêntures contêm obrigações financeiras, as quais, conforme contrato, são apuradas semestralmente, base 30 de junho e 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- (i) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 3 (três) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento pela Companhia de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia e aos Garantidores com relação ao respectivo inadimplemento;
- (iii) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores; (b) pedido de falência pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores formulado por terceiro(s) e não elidido no

prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores;

- (iv) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia e/ou de quaisquer de seus respectivos controladores e/ou sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, “Afiliadas”) acima de R\$ 5.000, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 30 (trinta) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido;
- (v) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.As.;
- (vi) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.As.;
- (vii) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer, fusão, cisão, incorporação, exceto se realizada com sociedades integrantes do grupo da Emissora;
- (viii) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas na Data da Emissão;
- (ix) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das S.As. e/ou legislação aplicável – caso a Companhia e/ou quaisquer dos Garantidores estejam em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente às Debêntures;
- (x) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- (xi) não apresentação pela Companhia de suas respectivas demonstrações financeiras auditadas – compreendendo as informações pertinentes especificamente à Companhia e, adicionalmente, informações consolidadas do respectivo grupo econômico –, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (conforme definido abaixo);
- (xii) não ocorrência da formalização da alienação de Ativos Florestais de titularidade da Emissora ou dos Garantidores representando, no mínimo, US\$ 21.600.000 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares) até 31 de dezembro de 2011. Para os fins deste item, a Emissora deverá comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência ou a não ocorrência da referida alienação de Ativos Florestais, disponibilizando ao Agente Fiduciário a respectiva documentação de suporte;
- (xiii) alienação de um ou mais ativos de titularidade da Emissora ou de suas empresas controladas diretas e indiretas e que representem qualquer valor, sem aprovação prévia dos titulares das debêntures, reunidos em AGD, sendo certo que os debenturistas poderão, inclusive, opinar sobre a destinação dos recursos oriundos de tais alienações.

- (xiv) caso o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida (conforme definida na Escritura de Emissão) pelo EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização “EBITDA”) obtido pela Emissora nos últimos 12 (doze) meses seja menor ou igual a:
- (a) 4,0 (quatro inteiros) até 30 de junho de 2013;
 - (b) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 30 de junho de 2013 até 31 de dezembro 2013;
 - (c) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 31 de dezembro 2013 até 30 de junho de 2014;
 - (d) 2,5 (dois vírgula cinco inteiros) de 30 de junho de 2014 até o vencimento das Debêntures.

A emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da divulgação ao mercado das informações ou demonstrações financeiras da Emissora, conforme o caso, os *Covenants* financeiros acima, juntamente com a respectiva memória de cálculo e o relatório de revisão dos referidos *Covenants* Financeiros, a ser emitido pelos auditores independentes contratados pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Se as garantias reais e/ou fidejussórias convencionadas para as Debêntures não forem devidamente efetivadas ou formalizadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores Hipotecários, nos termos desta Escritura, da Escritura de Hipoteca e segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se tais garantias, por qualquer fato atinente ao seu objeto, tornarem-se inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento de quaisquer importâncias devidas no âmbito da Emissão, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Fiduciário.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures para que se reúnam em AGD, que poderá, por deliberação de titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures;

Mediante uma potencial ocorrência de qualquer Evento de Liquidez, deverá a Emissora obter aprovação prévia, em Assembleia Geral de Debenturistas, de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação para que realize tal evento, sendo certo que o valor equivalente a 100% (cem por cento) dos recursos líquidos recebidos pela Companhia na ocorrência de um Evento de Liquidez devidamente aprovado terá sua destinação definida pelos Debenturistas no momento daquela aprovação. Para evitar dúvidas, o não cumprimento das disposições desta cláusula 4.8.2 acarretará o vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. “Evento de Liquidez” será definido para todas as finalidades desta Escritura como eventos de (a) venda, cessão, transferência ou alienação de ativos, bens ou direitos de titularidade da Emitente ou de suas controladoras ou subsidiárias (diretas ou indiretas); (b) venda, cessão, transferência ou alienação de ações (incluindo direitos de subscrição, opções de compra ou venda ou qualquer outro direito sobre referidas ações) da Emissora ou de suas controladoras ou subsidiárias (diretas ou indiretas); (c) eventos relacionados ao aporte de recursos na Companhia por investidores (aquisição primária, por exemplo) e no caso de aporte pelos próprios acionistas (via AFAC, aumento do capital social) para a Emissora e/ou suas Afiliadas.”

Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (i), (iii), (iv), (v) e (ix) acima resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

(e) Cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos e empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida consolidada/EBITDA (em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos).

São apuradas semestralmente, base 30 de junho e 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Conforme condição contratual segue a aferição de covenant's apurada em 31/12/2015:

Dívida líquida consolidada/EBITDA ajustado consolidado	2015
Limite contratual (máximo)	2,50
Medição em 31/12/2015	0,62

Conforme informação acima indicada, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas dos contratos, portanto, as dívidas relacionadas a debêntures foram reclassificadas para o passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015.

16 Adiantamentos de clientes, credores diversos e recursos a devolver a consorciados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamento de clientes (a)	840	3.049	1.239	3.223
Credores diversos (b)	9.790	9.751	15.461	17.735
Recursos a devolver a consorciados	-	-	40	103
	<u>10.630</u>	<u>12.800</u>	<u>16.740</u>	<u>21.061</u>
(-) Passivo circulante	<u>(5.802)</u>	<u>(7.410)</u>	<u>(9.915)</u>	<u>(13.099)</u>
Passivo não circulante	<u>4.828</u>	<u>5.390</u>	<u>6.825</u>	<u>7.962</u>

- (a) A conta de adiantamento de clientes inclui, principalmente, adiantamentos para a futura aquisição de bens das empresas da Companhia.
- (b) O saldo de Credores Diversos é composto, no Consolidado, principalmente por:

Saldo a pagar do Acordo firmado com a Codema Comercial Importadora Ltda. e Suvesa Super Veículos Ltda., referente a parcelamentos de impostos federais (vendas para a Scania do Brasil Ltda. em 8 de janeiro de 2001), pela Controladora, no montante de R\$ 5.363 (R\$ 5.712 em 31 de dezembro de 2014).

Saldo a pagar, na Controladora, pela aquisição de ações da empresa controlada Modo Battistella Reflorestamento S.A. de não controladores no montante de R\$ 782 (R\$ 797 em 31 de dezembro de 2014);

Saldo a pagar, na controlada Battistella Indústria e Comércio, para a empresa Modo Battistella Reflorestamento, no montante de R\$ 2.552 (R\$ 3.526 em 31 de dezembro de 2014).

17 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas empresas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais as chances de não se obter êxito são maiores que as chances de se obter êxito, conforme opinião corroborada junto aos consultores jurídicos da Companhia, é registrada provisão em montante suficiente para cobrir perdas esperadas.

As provisões constituídas e os depósitos judiciais, vinculados às mencionadas provisões para riscos trabalhistas e cíveis, compõem-se conforme demonstrativo a seguir:

<u>Controladora</u>	<u>31.12.2015</u>			<u>31.12.2014</u>		
	Depósitos			Depósitos		
	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>
Tributárias	-	-	-	(4.225)	-	(4.225)
Trabalhistas	(264)	-	(264)	(3.480)	-	(3.480)
Cíveis	(271)	-	(271)	(2.291)	-	(2.291)
	(535)	-	(535)	(9.996)	-	(9.996)

Depósitos judiciais que não requerem provisão		1.056		3.180
---	--	--------------	--	--------------

<u>Consolidado</u>	<u>31.12.2015</u>			<u>31.12.2014</u>		
	Depósitos			Depósitos		
	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>
Tributárias	(7.344)	-	(7.344)	(4.446)	-	(4.446)
Trabalhistas	(1.089)	-	(1.089)	(4.002)	-	(4.002)
Cíveis	(8.960)	-	(8.960)	(13.653)	-	(13.653)
Total	(17.393)	-	(17.393)	(22.101)	-	(22.101)

Depósitos judiciais que não requerem provisão		2.535		4.567
---	--	--------------	--	--------------

Movimentação das contingências e depósitos judiciais

<u>Controladora</u>	<u>Utilização/</u>			<u>Utilização/</u>		
	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>
<u>Contingências</u>						
Tributárias (a)	(5.504)	-	1.279	(4.225)	(290)	4.515
Trabalhistas (b)	(1.806)	(2.522)	848	(3.480)	(3.545)	6.761
Cíveis	(2.536)	(796)	1.041	(2.291)	(410)	2.430
(-) Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-
Saldo	(9.846)	(3.318)	3.168	(9.996)	(4.245)	13.706
Depósitos judiciais que não requerem provisão	3.065	150	(35)	3.180	-	(2.140)
						1.040

Consolidado

<u>Contingências</u>							
	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilização/ Reversão</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilização/ Reversão</u>	<u>31.12.2015</u>
Tributárias (a)	(5.735)	-	1.289	(4.446)	(7.634)	4.736	(7.344)
Trabalhistas (b)	(2.453)	(2.947)	1.398	(4.002)	(4.421)	7.334	(1.089)
Cíveis (c)	(12.279)	(3.025)	1.651	(13.653)	(410)	5.103	(8.960)
(-) Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Saldo	(20.467)	(5.972)	4.338	(22.101)	(12.465)	17.173	(17.393)
Depósitos judiciais que não requerem provisão	4.415	254	(102)	4.567	90	(2.118)	2.539

- (a) Refere-se, principalmente, a processos de ICMS, sobre créditos tomados oriundos de materiais indiretos, e ISS, que estão em fase de discussão administrativa.
- (b) As ações trabalhistas têm caráter de indenizações, horas extras, equiparação e outros. Em 2014 houve acréscimo referente reclamatória trabalhista ajuizada pleiteando comissões, férias, indenização, juros e multa, cujos autos foram remetidos para o TST para recurso de revista da empresa e agravo de Instrumento em recurso de revista do reclamante. Em 2015 a situação se repetiu principalmente tendo em vista a reestruturação da Companhia.
- (c) Em 2013 houve formalização de acordo de uma das três ações ordinárias propostas por terceiros contra a Battistella Ind. e Comércio Ltda., relacionadas a rescisões de contrato pertinentes ao empreendimento florestal.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, cujos riscos de perda relacionados foram considerados como possível na opinião da Administração e de seus assessores legais, para os quais nenhuma provisão para perdas foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor total de tais processos, em 31 de dezembro de 2015 é: (i) tributário: R\$ 3.317 (R\$ 1.168 em 31 de dezembro de 2014), (ii) cíveis: R\$ 3.622 (R\$ 6.786 em 31 de dezembro de 2014) e (iii) trabalhistas: R\$ 4.395 (R\$ 2.110 em 31 de dezembro de 2014). Devido ao risco e a pequena relevância dos valores envolvidos, não estão sendo apresentadas informações adicionais.

18 Parcelamento especial e programa de recuperação fiscal - PAES e REFIS

Parcelamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
PAES	-	-	255	360
Refis	7.238	7.072	8.436	8.269
	7.238	7.072	8.691	8.629
Circulante	(658)	(490)	(813)	(720)
Não Circulante	6.580	6.582	7.878	7.909

A composição da dívida de PAES e do REFIS estão demonstradas nas notas abaixo (18.1 e 18.2).

18.1 Programa de recuperação fiscal – Refis

As dívidas não parceladas anteriormente estão compostas da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2015</u>			<u>31.12.2014</u>	<u>Nº parcelas a Vencer</u>	<u>Atualização</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>		
BATTISTELLA ADMINISTRAÇÃO	658	6.580	7.238	6.712	106	SELIC
BATTISTELLA MAQS.IND E COM	85	751	836	861	106	SELIC
BATTISTELLA TRADING	70	547	617	696	106	SELIC
	813	7.878	8.691	8.269		

18.2 Refis – Reabertura

Em 17 de dezembro de 2013 as empresas Battistella Administração, Battistella Ind. e Com. Ltda. e Battrol Distribuidora, aderiram à reabertura do programa de parcelamento de dívidas da lei 11.941/2009, instituído pelo Governo Federal, ao qual foram incluídos débitos que estavam sendo discutidos em litígios administrativos e judiciais.

Em dezembro de 2013 foram reconhecidos contabilmente todos os efeitos decorrentes desta opção, em especial ao que se refere à constituição da dívida, incluindo principal, encargos de mora e encargos legais, bem como, as reduções previstas na legislação. Também foi reconhecida a liquidação de parte da dívida com créditos decorrentes da utilização de prejuízos fiscais e bases negativas.

A Receita Federal do Brasil aceitou o Pedido de reabertura da Lei 11.941/2009, porém ainda não homologou os valores do parcelamento, em que a Companhia e suas controladas aderiram. Foram aproveitados créditos de Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa no montante de R\$ 24.158, para pagamento a vista de multas e juros no valor de R\$ 8.214, conforme opção dada pela legislação.

18.3 Refis – adesão à MP 651/Lei 13.043/2014

As empresas aderiram à MP 651, para quitação de parcelamentos com aproveitamento de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, sendo que, no Consolidado foram utilizados R\$ 21.167 de base de cálculo para quitar R\$ 9.854 de tributos.

Total	Pagamento 30%	Liquidação	Utilização Prejuízo
R\$ 9.854	R\$ 2.657	R\$ 7.197	R\$ 21.167

19 Obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Impostos retidos na fonte	533	1.483	626	1.572
PIS e Cofins	255	2.227	255	2.227
IRPJ e CSLL (a)	3.759	-	3.759	91
ICMS e IPI	208	1.885	208	1.885
ISS	50	66	52	71
Parcelamentos (b)	8.924	8.509	9.742	9.061
	<u>13.729</u>	<u>14.170</u>	<u>14.642</u>	<u>14.907</u>
(-) Passivo circulante	(6.740)	(8.754)	(7.182)	(9.181)
Passivo não circulante	6.989	5.416	7.460	5.726

- (a) Refere-se a Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos apurados no exercício corrente.
- (b) Os parcelamentos referem-se principalmente a tributos estaduais, PR e SC.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 151.556, subscrito e integralizado, composto de 5.987.109 ações, sendo 1.996.476 de ações ordinárias e 3.990.633 de ações preferenciais.

Parte do capital social total da Companhia é capital estrangeiro. As empresas brasileiras com capital estrangeiro devem efetuar o registro deste capital junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), para que possam remeter dividendos sobre o capital estrangeiro ou repatriá-lo. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui registrado no Banco Central do Brasil o montante de R\$ 12.858 como capital estrangeiro.

As ações preferenciais (PN), sem direito a voto, têm prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia.

Em 22 de setembro de 2015, a Companhia divulgou Fato relevante para comunicar aos seus acionistas, ao mercado em geral e aos demais interessados, que, na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), realizada em 21.09.2015, às 10h00, foi aprovado pelos acionistas da Companhia o grupamento das ações que compõe seu capital social, à razão de 25 (vinte e cinco) ações de cada espécie (ordinária e preferencial), para 1 ação da respectiva espécie, nos termos do artigo 12 da lei No 6.404/76, conforme proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião realizada em 18.08.2015 e divulgada pela Companhia na Proposta da Administração. Ficaram conferidos poderes aos administradores da Companhia para tomarem todas as medidas necessárias para implementar o grupamento deliberado.

A justificativa para o Grupamento é: (i) atender as normas estabelecidas pela BM&FBOVESPA; (ii) dar melhor visibilidade às cotações das ações, ajustando o valor unitário das ações a um patamar mais adequado do ponto de vista mercadológico; bem como (iii) atrair acionistas e aumentar a liquidez das ações de emissão da Companhia.

Os acionistas detentores tanto de ações ordinárias quanto de ações preferenciais tiveram até o dia 6 de novembro de 2015, ou seja, o prazo de 45 dias contados a partir de 22/09/2015, para, a seu livre critério, alienarem ou adquirirem as ações ordinárias e ou preferenciais que fossem necessárias para eliminar as frações de ações de sua titularidade que pudessem resultar da implementação do processo de grupamento pela Companhia. Transcorrido o prazo para ajuste das posições, o conjunto de ações formado pelas eventuais frações de ações resultantes do grupamento foi agrupado em números inteiros, e as ações resultantes foram vendidas em tantos leilões quantos foram necessários, realizados na BM&FBOVESPA, por intermédio de uma corretora no Brasil, em data comunicada por meio de Aviso aos Acionistas.

O valor resultante da venda das frações de ações ordinárias e preferenciais foi disponibilizado proporcionalmente, aos detentores das frações, após a liquidação financeira final da venda, da seguinte forma: (i) Os acionistas com cadastro atualizado junto à custódia das ações da Companhia no Banco Bradesco S.A. tiveram o correspondente valor creditado diretamente em sua conta corrente; e (ii) Os demais acionistas, incluindo aqueles com cadastro desatualizado, deverão comparecer à agência do Banco Bradesco S.A. de sua livre escolha para receber os respectivos valores, os quais ficarão disponíveis para recebimento pelo prazo de 03 (três) anos contados da data da AGE que aprovou o grupamento de ações, sendo tais valores revertidos em favor da Companhia após tal período.

Desde 9 de novembro de 2015, as ações ordinárias e preferenciais, passaram a ser negociados de forma agrupada e com cotação unitária (ex-grupamento) na BM&FBOVESPA. O grupamento das ações não afetará: (i) o valor em Reais do Capital Social consolidado da Companhia; (ii) os direitos atribuídos às ações ordinárias e preferenciais; e (iii) a participação de cada acionista no Capital Social da Companhia, exceto na medida em que o grupamento, de outra forma, resultar em um acionista deter uma fração de ação, conforme o caso.

Após a conclusão do grupamento das ações ordinárias e preferenciais, aprovado na 35ª AGE de 21.09.2015, o capital social da Companhia permaneceu o mesmo, na ordem de R\$ 151.556, passando a ser representado por 1.996.476 ações ordinárias (33,35% do total) e 3.990.633 ações preferenciais (66,65% do total), somando 5.987.109 ações emitidas e em circulação, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Dividendos

Os dividendos obrigatórios são calculados com base no percentual de 25% sobre o lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2015, devido ao prejuízos acumulados anteriores não foram registrados os dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia deliberou, conforme AGO realizada em 25 de maio de 2015 que, diante do prejuízo ao término do exercício de 2014, não seriam distribuídos dividendos em 2015.

As ações preferenciais (PN) possuem preferência na distribuição dos dividendos.

c. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do Capital Social ou, quando acrescido das Reservas de Capital limitado a 30% do Capital Social.

d. Reserva de retenção de lucros

O valor remanescente registrado na conta reserva de retenção de lucros refere-se a lucros apurados em exercícios anteriores ao ano de 2008, o qual aguarda proposição do Conselho de Administração para destinação.

21 Instrumentos financeiros

21.1 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia de gestão do risco de capital da Companhia vem se aperfeiçoando nos últimos anos, com o objetivo de mitigar os riscos financeiros.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 14 e debêntures detalhadas na nota explicativa 15, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Dívida (a)	100.880	235.027	103.484	237.375
Caixa e equivalentes de caixa	(1.627)	(9.685)	(2.343)	(10.893)
Títulos e valores mobiliários	(17.570)	(31.006)	(17.570)	(31.006)
Dívida líquida (b)	81.683	194.336	83.571	195.476
Patrimônio líquido (c)	(13.653)	(64.810)	(13.653)	(64.810)

- (a) A dívida é definida como o total de empréstimos de curto e longo prazo e debêntures.
- (b) Ressalta-se que, para fins de cálculo da dívida líquida a ser utilizada para efeito da verificação dos *Covenants* financeiros das debêntures (nota explicativa 15.b.xiv), não são consideradas as operações de Vendor e Venpec (Vendor de peças).
- (c) O patrimônio líquido inclui o capital social e reservas.

21.2 Objetivos da Administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia presta serviços às empresas do Grupo Battistella, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

Quando necessário, a Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de “hedge”. O uso de derivativos financeiros é regulado pelas políticas da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados aos riscos de câmbio, de taxa de juros e de crédito, ao uso de derivativos financeiros e instrumentos financeiros não derivativos, e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Atualmente, a Companhia não tem contrato com instrumento derivativo de proteção.

21.3 Risco de mercado

Em virtude de suas atividades e contratação de empréstimos e financiamentos e debêntures para suportá-los, a Companhia fica exposta, principalmente, a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

Em relação ao risco relacionado a mudanças nas taxas de câmbio, quando necessário, a Companhia administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas e contrata instrumentos financeiros derivativos para mitigar sua exposição aos riscos relacionados a tais riscos incluindo:

- *Swaps* de taxa de câmbio para mitigar o risco de aumento das taxas de câmbio; e
- *Swaps* de taxa de juros para mitigar o risco de variação das taxas de juros.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual a Companhia administra e mensura esses riscos. Considerando as políticas internas de controle de exposição, em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 não havia contratos de *swap* e taxa de câmbio em aberto.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros é administrada através da avaliação periódica dos indicadores de mercado. Em 31 de dezembro de 2015, não havia contratos de *swap* de taxa de juros em aberto.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das Demonstrações Financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7.

Se as taxas de juros fossem 10% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

- O prejuízo do período findo em 31 de dezembro de 2015 aumentaria em R\$ 2.955. Isso ocorreria principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, realizado com base no relatório de acompanhamento de pesquisa de mercado FOCUS de 10 de julho de 2015, onde descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando o período até o término das operações.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III):

<u>Risco</u>	<u>Instrumento/operação</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<i>De taxa de juros</i>	<i>Empréstimos - moeda nacional CDI</i>	<i>122.265</i>	<i>125.220</i>	<i>128.118</i>
<i>Ganho (perda) dos cenários no resultado e no patrimônio</i>			<i>2.955</i>	<i>5.853</i>

21.4 Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira dos clientes.

Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas com estes devedores são provisionadas.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos pela Companhia relativos a empréstimos e financiamentos, e debêntures registradas no passivo da Companhia. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada. Em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$ 103.484 foi reconhecido no balanço patrimonial consolidado como passivo financeiro (ver notas explicativas 14 e 15).

Bens mantidos como garantia e outras garantias de crédito

A Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros, exceto com relação a contas a receber do leasing financeiro, que possuem como garantia o próprio bem arrendado.

21.5 Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise dos vencimentos

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros que serão auferidos neste período e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Passivo</u>	Controladora				
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
<i>31 de dezembro de 2015</i>					
Fornecedores	1.291	2.581	430	-	4.302
Empréstimos (*)	12.023	25.599	30.673	30.859	99.155
	13.314	28.181	31.104	30.859	103.457
<i>31 de dezembro de 2014</i>					
Fornecedores	2.965	5.929	988	-	9.882
Empréstimos (*)	64.002	57.786	48.108	50.625	220.521
	66.967	63.715	49.096	50.625	230.403

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015

	Consolidado				Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	
31 de dezembro de 2015					
Fornecedores	2.493	4.986	831	-	8.310
Empréstimos (*)	13.669	25.877	31.322	30.859	101.726
	16.162	30.863	32.153	30.859	110.036
31 de dezembro de 2014					
Fornecedores	4.194	8.388	1.398	-	13.980
Empréstimos (*)	64.314	58.663	49.245	50.625	222.846
	68.508	67.051	50.643	50.625	236.826

(*) Empréstimos contempla os saldos de: Empréstimos, financiamentos, duplicatas descontadas, debêntures e arrendamentos financeiros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Ativo

	Controladora			
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
31 de dezembro de 2015				
Contas a Receber	587	1.876	195	2.658
Partes relacionadas	-	-	181	181
Outras contas a receber	-	-	19.466	19.466
	587	1.876	19.842	22.305
31 de dezembro de 2014				
Contas a Receber	2.078	325	1.566	3.969
Partes relacionadas	-	-	2.571	2.571
Outras contas a receber	-	-	8	8
	2.078	325	4.145	6.548

	Consolidado			
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
31 de dezembro de 2015				
Contas a receber	2.597	2.090	426	5.113
Outras contas a receber	-	-	19.646	19.646
	2.597	2.090	20.072	24.759
31 de dezembro de 2014				
Contas a receber	3.256	338	1.361	4.954
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	2.571	2.571
Outras contas a receber	-	-	8	8
	3.256	338	3.940	7.533

Linhas de financiamento disponíveis para o Grupo Battistella em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Conta garantida assegurada:				
Não utilizada	400	-	400	-
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento até 2014 e que podem ser estendidas de comum acordo:				
Não utilizada	15.000	8.200	15.000	8.200

22 Imposto de renda e contribuição social

22.1 Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo e passivo:

Ativo	Consolidado		
	Battistella Ind.e Comércio	Battistella Adm.e Partic (controladora)	Total
Saldo em 31.12.2013	-	22.715	22.715
Diferenças temporárias	-	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa (a)	2.859	(10.294)	(7.435)
Saldo em 31.12.2014	2.859	12.421	15.280
Diferenças temporárias	-	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa (a)	(2.859)	(12.421)	(15.280)
Saldo em 31.12.2015	-	-	-

Passivo	Consolidado		
	Battistella Ind.e Comércio	Battistella Adm.e Partic (controladora)	Total
Saldo em 31.12.2013	20	27	47
Diferenças temporárias	(20)	(27)	(47)
Saldo em 31.12.2014	-	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	-	(3.759)	(3.759)
Saldo em 31.12.2015	-	(3.759)	(3.759)
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido 31.12.2015	-	(3.759)	(3.759)

- (a) Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, e tem por base os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas apurados pela Controladora, ou seja, os resultados fiscais apurados no segmento veículos pesados.

Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos na extensão em que era provável que o lucro futuro tributável estivesse disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros, elaborada e fundamentada em

premissas internas e externas e em cenários econômicos futuros que poderiam, portanto, sofrer alterações.

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para as controladas Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda., Tangará Participações Ltda., Battrol Importadora e Distribuidora de Rolamentos e Peças Ltda. e Battistella Trading S/A, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais empresas possam utilizar os benefícios destes.

Em 31 de dezembro de 2015, os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social da destas empresas somavam, respectivamente, R\$ 138.922 e R\$ 219.371. Em 31 de dezembro de 2015, os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social da Controladora somam R\$ 76.633 e R\$ 93.319 respectivamente.

22.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	31.12.2015		31.12.2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do IRPJ e da CSLL das operações continuadas	53.634	(36.134)	(19.205)	(27.176)
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota de 34%	(18.236)	12.286	6.530	9.240
Efeito tributário das principais adições (exclusões):				
Equivalência Patrimonial	(13.638)	4.159	(3.338)	1.514
Provisões não dedutíveis	(3.555)	(1.557)	(475)	(67)
Efeitos da Lei 11.638/2007 - RTT	121	190	150	104
Despesas não dedutíveis	25	672	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	543	543
Perdas variação cambial	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas geradas no exercício, sem crédito diferido	(227)	(5.169)	(9.406)	(9.318)
Crédito fiscal diferido	-	-	(249)	3.781
Outros efeitos líquidos	20.614	(28.336)	(2.152)	(6.223)
	3.340	(30.041)	(14.927)	(9.666)
Imposto de renda e contribuição social	(14.896)	(17.755)	(8.397)	(426)
Corrente	(13)	(13)	1.852	2.066
Diferido	(14.883)	(17.742)	(10.249)	(2.492)
Despesas contabilizada no resultado - operações continuadas	(14.896)	(17.755)	(8.397)	(426)

Composição dos impostos diferidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Impostos diferidos				
Impostos diferidos reconhecidos no exercício corrente s/prej. fiscais	(3.759)	-	(3.759)	7.757
Baixa (reversão) de impostos diferidos ativos (a)	(11.124)	(10.249)	(13.983)	(10.249)
Baixa (reversão) de impostos diferidos passivos	-	-	-	-
Reflexo contabilizado no resultado	(14.883)	(10.249)	(17.742)	(2.492)

- (a) Os impostos diferidos de anos anteriores foram baixados pelo fato de que a Companhia tem apresentado prejuízos operacionais, bem como elevado nível de endividamento e conseqüente redução de capital de giro. Além disso, parte dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa foram utilizadas nos programas de Refis.

23 Receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
<u>Receita operacional bruta</u>				
Vendas	200.312	847.403	350.231	930.987
Prestação de serviços	13.217	26.089	17.652	28.293
Outras receitas	304	485	7.025	6.365
	213.833	873.977	374.908	965.645
<u>Deduções sobre vendas/serviços</u>				
Impostos sobre vendas/serviços	(19.867)	(89.768)	(32.488)	(96.930)
Devoluções e abatimentos	(1.333)	(4.201)	(2.081)	(4.842)
	(21.200)	(93.969)	(34.569)	(101.772)
<u>Receita operacional líquida</u>	192.633	780.008	340.339	863.873

24 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	159.264	669.981	204.994	710.893
Alugueis	7.109	6.912	7.798	9.099
Depreciação, amortização, exaustão	1.318	1.273	3.688	4.273
Despesas de pessoal	33.855	53.843	48.517	65.458
Despesas tributárias	1.253	1.809	2.320	2.433
Frete e carretos	95	269	5.418	5.254
Honorários assessores jurídicos e terceiros	4.576	5.103	7.357	9.027
Indenizações judiciais	654	7.195	4.690	8.568
Outros	12.982	20.235	85.019	37.279
Total	221.106	766.620	369.801	852.284

Classificados como:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	168.026	685.818	293.447	756.732
Despesas comerciais	20.761	25.395	31.907	31.825
Despesas gerais e administrativas	32.319	55.407	44.446	63.727
Total de despesas	221.106	766.620	369.800	852.284

25 Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Provisão para contingências	9.460	(150)	4.707	(1.634)
Reversão provisão PPR	-	2.100	-	2.100
Resultado baixa e/ou alienação do ativo imob/invest (a)	97.235	(96)	138.690	(71)
Recuperação de custos e despesas	950	2.980	1.252	4.469
Multas	(19)	(479)	(124)	(749)
Outras receitas e (despesas) operacionais	2.904	(178)	2.713	3.550
Total	110.530	4.177	147.238	7.665

- (a) Valores referente a alienação das ações da Portinvest e alienação da empresa Santa Catarina Veículos e Serviços conforme nota explicativa 1.b..

26 Resultado financeiro

26.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Juros ativos	1.080	1.148	1.103	1.493
Juros s/operações de mútuos	125	304	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	3.367	2.910	3.797	3.336
Descontos obtidos	732	41	749	77
Outras receitas financeiras	-	2	-	33
Total	5.304	4.405	5.649	4.939

26.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.403)	(37.906)	(25.673)	(38.209)
Juros passivos sobre parcelamentos	(3.931)	(1.924)	(4.385)	(2.554)
IOF	(1.318)	(5.116)	(1.603)	(5.116)
Juros de mora	(7.979)	(1.192)	(8.916)	(1.584)
Juros sobre debêntures	(12.090)	(60)	(12.090)	(60)
Despesas bancárias	(3.115)	(2.752)	(3.455)	(3.032)
Descontos concedidos	(522)	(1.028)	(681)	(1.043)
Despesas com Aval	(340)	(2.743)	(340)	(2.743)
Outras despesas financeiras	(5.824)	(1.387)	(7.083)	(1.685)
Total	(60.522)	(54.108)	(64.226)	(56.026)

26.3 Variação cambial

A variação cambial é representada substancialmente por operações comerciais de exportações e importações, além de variação sobre contratos de empréstimos em moeda estrangeira.

Na controladora o montante de variação cambial líquida é negativa em R\$ 395 em 31 de dezembro de 2015 (variação cambial negativa de R\$ 113 em 31 de dezembro de 2014) e no consolidado o montante de variação cambial líquida é positiva em R\$ 384 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 203 referente à variação cambial positiva em 31 de dezembro de 2014).

27 Informações por segmento

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma como principal tomador de decisão gerência o negócio considerando os critérios estabelecidos no CPC 22 – Informação por Segmento (IFRS8).

Os segmentos e produtos estabelecidos pela Companhia são:

- (a) Florestal - Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
- (b) Veículos pesados - Comercialização de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica;
- (c) Logística Porto - Porto para logística de contêineres, localizado em Santa Catarina;
- (d) Outros – participações em sociedades.

As informações por segmentos reportáveis estão apresentadas a seguir:

27.1 Receitas e resultados por segmento

A abertura de receitas e resultados por segmentos está disposta a seguir:

CONSOLIDADO													
	31.12.2015							31.12.2014					
	FLORESTAL	VEÍCULOS PESADOS	LOGÍSTICA PORTO *	OUTROS (a)	Eliminação Porto *	TOTAL		FLORESTAL	VEÍCULOS PESADOS	LOGÍSTICA PORTO *	OUTROS	Eliminação Porto *	TOTAL
Receita líquida das operações continuadas	81.236	259.103	89.226	-	(89.226)	340.339		83.864	780.008	87.599	-	(87.599)	863.872
Custo dos serviços prestados	(63.861)	(229.586)	(36.292)	-	36.292	(293.447)		(70.914)	(685.818)	(37.504)	-	37.504	(756.732)
Lucro bruto das operações continuadas	17.375	29.517	52.934	-	(52.934)	46.892		12.950	94.190	50.095	-	(50.095)	107.140
Receitas (despesas) operacionais	(38.189)	100.259	(12.702)	5.942	12.702	68.012		(10.895)	(80.844)	(15.792)	3.683	15.792	(88.056)
Resultado antes do resultado financeiro das operações continuadas	(20.814)	129.776	40.232	5.942	(40.232)	114.904		2.055	13.346	34.303	3.683	(34.303)	19.084
Resultado financeiro	(1.457)	(56.655)	(26.370)	(82)	26.370	(58.194)		(961)	(49.815)	(26.538)	(120)	26.538	(50.896)
Lucro antes dos efeitos tributários das operações continuadas	(22.271)	73.121	13.862	5.860	(13.862)	56.710		1.094	(36.469)	7.765	3.563	(7.765)	(31.812)
Imposto de renda e contribuição social	-	(14.882)	(4.533)	-	4.533	(14.882)		7.848	(8.397)	(3.311)	305	3.311	(244)
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas	(22.271)	58.239	9.329	5.860	(9.329)	41.828		8.942	(44.866)	4.454	3.868	(4.454)	(32.056)
1) Conciliação das receitas dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:													
Total de receitas para segmentos reportáveis para operações continuadas						340.339							863.872
Receita líquida da entidade de operações continuadas						340.339							863.872
2) Conciliação dos lucros (prejuízos) dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:													
Total do lucro (prejuízo) para segmentos reportáveis para operações continuadas						41.828							(32.056)
Resultado de equivalência patrimonial Porto						9.329							4.454
Lucro (prejuízo) do exercício						51.157							(27.602)

* - conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento, as atividades realizadas através de empreendimento controlados em conjunto enquadram-se na definição por segmento operacional, tendo em vista que: (i) a empresa gerencia suas operações do empreendimento em conjunto separadamente; e (ii) os critérios para identificação desses segmentos são atendidos. Os saldos representam apenas 38,53% do total, sendo este o percentual de participação da Companhia no Porto.

Receita dos principais produtos e serviços

A receita dos principais produtos já encontram-se abertas no item anterior, pois os segmentos, são segregados e representados pelos principais produtos da Companhia.

27.2 Ativos e Passivos por segmento

ATIVOS DOS SEGMENTOS	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
FLORESTAL	35.886	39.530
VEÍCULOS PESADOS	71.398	165.996
LOGÍSTICA PORTO	238.655	262.361
OUTROS	2.665	2.734
Eliminação Porto	(238.655)	(262.361)
Total do ativo de segmentos divulgáveis	109.949	208.260
Conciliação dos ativos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:		
Eliminação de ativos entre segmentos	63.846	59.085
Total do ativo	173.795	267.345
PASSIVOS DOS SEGMENTOS	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
FLORESTAL	28.211	32.455
VEÍCULOS PESADOS	158.019	312.644
LOGÍSTICA PORTO	164.449	200.906
OUTROS	1.752	1.827
Eliminação Porto	(164.449)	(200.906)
Total do passivo de segmentos divulgáveis	187.982	346.926
Conciliação dos passivos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:		
Eliminação de passivos entre segmentos	(534)	(14.771)
Total do passivo	187.448	332.155

27.3 Outras informações dos segmentos

26.3 - Outras Informações dos segmentos

	Consolidado			
	Depreciação		Adições ao Ativo Imobilizado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
FLORESTAL	2.330	2.346	349	999
VEÍCULOS PESADOS	1.218	1.610	761	3.427
Total de adições sobre o ativo de segmentos divulgáveis	3.548	3.956	1.110	4.426

27.4 Informações geográficas

Em 31 de dezembro de 2015, todos os ativos dos segmentos reportáveis estão localizados em território brasileiro, sendo que, substancialmente, as vendas foram realizadas no território brasileiro.

27.5 Informações sobre principais clientes

Em nenhum dos segmentos reportáveis há concentração de vendas por clientes, sendo que nenhum desses clientes foi responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total em 31 de dezembro de 2015.

28 Seguros

Em 31 de dezembro de 2015 a cobertura de seguros estabelecida pela Administração para cobrir eventuais sinistros contra incêndio e outros danos sobre o imobilizado e responsabilidade civil monta a quantia de R\$ 45.000 (R\$ 45.000 em 31 de dezembro de 2014).

29 Compromissos

A Companhia possui contratos firmados de locações de imóveis comerciais e locações de veículos para os quais tem o compromisso mensal aproximado de R\$ 480.

30 Arrendamentos mercantis operacionais

A Controladora arrenda uma série de imóveis, sob a forma de arrendamento operacional. Esses arrendamentos normalmente duram 10 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada 1 ano, para refletir os aluguéis de mercado. Para todos os arrendamentos operacionais, a Controladora é impedida de entrar em qualquer contrato de sublocação, cessão, transferência ou empréstimo do imóvel a terceiros, sem consentimento prévio do locador. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares. Foi determinado pela administração que, basicamente, todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador. Portanto conclui-se que o arrendamento é caracterizado como operacional.

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Menos de 1 ano	5.545	5.760	5.545	2.880
Entre 1 e 5 anos	27.727	23.040	27.727	11.520
Mais de 5 anos	27.727	28.800	27.727	14.400
Total de arrendamento mercantil	61.000	57.600	61.000	57.600
Valores reconhecidos no resultado	5.545	3.961	5.545	3.961

31 Lucro (prejuízo) por ação

	Controladora / Consolidado			
	31.12.2015	Média em relação ao total	31.12.2014	Média em relação ao total
DENOMINADOR				
Ações ON - R\$ 1	1.996.476	33%	49.911.902	33%
Ações PN - R\$ 1	3.990.633	67%	99.765.826	67%
Total de Ações	5.987.109		149.677.728	
NUMERADOR				
Lucro (prejuízo) de operações continuadas atribuído para classes de ações - em R\$ 1	51.157.000		(27.602.000)	
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído	8,5445		(0,1844)	

Não há evento diluidor / não há diferença entre o prejuízo básico e prejuízo diluído na Companhia em 31 de dezembro de 2015.

32 Transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Controladora realizou aumento de capital na então controlada Santa Catarina Veículos e Serviços Ltda., no montante de R\$ 3.495 (conforme nota explicativa 11), por meio de ativos e passivos, sendo que o total de caixa foi de R\$ 54, compondo o saldo na rubrica “Integralização de capital em controladas e controlada em conjunto”. O saldo remanescente, no montante de R\$ 3.441, não envolveu caixa, portanto, não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa do exercício. Este montante é composto da seguinte forma:

	Controladora
	Aumento de Capital Santa Catarina Veículos e Serviços Ltda.
Despesa com a baixa/alienação de imobilizado	(2.295)
Contas a receber de clientes	(2.885)
Estoques	(1.134)
Obrigações tributárias e sociais	558
Adiantamento de clientes	190
Pagamento de empréstimos e financiamentos - terceiros	2.125
Total de transações que não envolvem caixa e equivalente de caixa	(3.441)

Ainda, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e a Controladora efetuou a alienação do investimento na Santa Catarina Veículos e Serviços Ltda., no montante líquido de R\$ 95.981 (conforme nota explicativa 1 (b)), dos quais, R\$ 56.361 foram recebidos

em caixa, sendo R\$ 42.000 utilizado para liquidação parcial das debêntures. O saldo remanescente no montante de R\$ 39.920, não envolveu caixa, portanto, não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa do exercício. Este montante é composto da seguinte forma:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>Alienação de investimentos - Santa Catarina Veículos e Serviços Ltda.</u>
Fornecedores	<u>26.339</u>
Outras contas a receber	
Caixa retido para ajuste de capital	2.300
Hipoteca do imóvel de Tubarão / Carta fiança	16.000
Ajuste de capital (Outras	<u>(5.019)</u>
	<u>13.281</u>
Total de transações que não envolvem caixa e equivalente de caixa	<u><u>39.620</u></u>